

# RELATÓRIO

## GRUPO DE TRABALHO

### LUTA CONTRA A

#### POBREZA E EXCLUSÃO

##### SOCIAL

#### Entidade Promotora



ESQUA DE ANIMAÇÃO: 962670044 | 215558645 | geral@cidadaniaemportugal.pt | COORDENAÇÃO: Célia Laredo | 963486541



#### Entidade Coordenadora



#### Entidades Parceiras

Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega  
Comunidade Intermunicipal do Douro  
Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real, I.P.  
Município de Vila Real  
Fundação Patronato de Santo António  
Município de Montalegre  
Ecomuseu do Barroso  
Associação Mútua Basto  
Município de Sabrosa

## FICHA TÉCNICA

### Título

Relatório do Grupo de Trabalho Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social

### Autores

Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal | Catarina Oliveira

EAPN Portugal | Júlio Paiva

Comunidade Intermunicipal de Alto Tâmega | Blandina Queiroz

Comunidade Intermunicipal Douro | João Rodrigues

Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real, I.P. | Conceição Ribeiro

Município de Vila Real | Maria João Fernandes

Fundação Patronato de Santo António | Conceição Lapa

Associação Mútua de Basto | Luis Lopes

Município de Montalegre | Irene Esteves

Ecomuseu do Barroso | Gorete Carneiro

Município de Sabrosa | Sónia Esteves

**ÍNDICE**

|   |    |
|---|----|
| 1. Enquadramento geral da proposta .....  | 4  |
| 2. Quem somos?.....   | 5  |
| 3. Como funcionamos? .....  | 6  |
| 4. Sumário executivo das propostas .....  | 7  |
| 5. Recomendações do Grupo de Trabalho Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social<br>.....  | 8  |
| 6. Listagem de contatos das organizações que constituem este grupo de trabalho<br>..... | 16 |
| 7. Bibliografia .....   | 17 |
| 8. Anexos .....   | 17 |

## 1. ENQUADRAMENTO GERAL DA PROPOSTA

O Roteiro Cidadania em Portugal é uma iniciativa de âmbito nacional que está a desafiar redes e comunidades locais de todo o país para uma viagem de descoberta, reflexão e ação sobre cidadania e participação.

Promovido pela ANIMAR e dando resposta a um apelo da Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, o Roteiro Cidadania em Portugal pretende ativar redes locais de cidadania e igualdade nos territórios. Sob o lema “Parar, Pensar, Agir”, uma equipa de animação com recurso a uma carrinha com recursos lúdico-pedagógicos está a apoiar a dinamização de atividades propostas por parcerias locais (entidades da economia social, escolas, municípios, entre outros) que se enquadrem no combate às desigualdades, discriminações e violências. As metodologias e os materiais informativos, lúdicos e pedagógicos recolhidos junto de várias entidades estão a ser utilizados com o intuito de promover a interação dos cidadãos/ãs das comunidades locais para que se estabeleça um diálogo construtivo e uma proximidade efetiva com as políticas públicas.

As sessões de animação territorial temática fazem parte de uma das fases deste Roteiro. Este trabalho é complementado com mais quatro dimensões: 10 grupos de trabalho, 6 seminários nacionais e Micro Projetos. É neste quadro que se insere o Grupo de Trabalho Luta contra a Pobreza e Exclusão Social, a par de outros 9 grupos de trabalho com os temas coincidentes com os já definidos para enquadramento geral do Roteiro designadamente: Educação para a cidadania; Combate às desigualdades; Igualdade de género; Trabalho Digno e Crescimento Económico; Interculturalidade; Saúde e Qualidade de Vida; Instituições eficazes e inclusivas; Participação e democracia local; Territórios sustentáveis; Ambiente e Bem-estar. Os grupos de trabalho são dispersos no território nacional continental, coordenados por entidades a convite da ANIMAR e que se encontram espalhadas em zonas urbanas e rurais do interior e do litoral.

O desafio lançado à EAPN Portugal, nomeadamente ao Núcleo Distrital de Vila Real, foi o de ser a entidade pivot/coordenadora do Grupo de Trabalho Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social. De acordo com o convite formulado pela ANIMAR, o Núcleo Distrital de Vila Real convidou diversas entidades e/ou parceiros nacionais ou locais com interesse pelo tema: universidades, institutos politécnicos e/ou centros de investigação; organismos públicos; entidades da rede ANIMAR; entidades do terceiro setor associadas da EAPN Portugal. Os critérios para

lançarmos estes convites foram a proximidade geográfica com Vila Real, o foco de trabalho no tema, a responsabilidade das entidades na implementação das medidas de políticas relacionadas com o tema e Organizações estratégicas no território.

O objetivo do Grupo de Trabalho Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social é a elaboração conjunta e colaborativa de um documento de reflexão que acomode, em simultâneo ou isoladamente, propostas e recomendações no âmbito desta temática, tendo em conta duas visões/ enquadramentos: visão analítica, crítica e construtiva e a visão prospetiva.

## 2. QUEM SOMOS?

O Grupo de Trabalho Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social é constituído pelas seguintes entidades e interlocutores:

| Entidades  | Interlocutores       |
|--|----------------------|
| Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal         | Catarina Oliveira    |
| EAPN Portugal  | Júlio Paiva          |
| Comunidade Intermunicipal de Alto Tâmega               | Blandina Queiroz     |
| Comunidade Intermunicipal Douro                        | João Rodrigues       |
| Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real I.P. | Conceição Ribeiro    |
| Município de Vila Real                                 | Maria João Fernandes |
| Fundação Patronato de Santo António                    | Conceição Lapa       |
| Associação Mútua de Basto                              | Luis Lopes           |
| Município de Montalegre                                | Irene Esteves        |
| Ecomuseu do Barroso                                    | Gorete Carneiro      |
| Município de Sabrosa                                   | Sónia Esteves        |

Salientamos que inicialmente lançamos o convite via email e através de contatos personalizados via telefone a algumas entidades estratégicas, nomeadamente, a cerca de 50 entidades da zona Norte, conforme a orientação da ANIMAR e a nossa experiência no território de Vila Real. À medida que fomos fazendo as reuniões de trabalho reforçámos os convites, tendo aumentado o grupo na segunda e última reuniões.

No que diz respeito à caracterização das entidades, podemos verificar que temos a participação de 6 entidades públicas, sendo que duas delas representam vários Municípios, nomeadamente, a CIM Alto Tâmega representa 6 municípios e a CIM Douro representa 17 municípios, abrangendo ambas as os seguintes distritos: Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda. Contámos ainda com a presença de 4 associados do Terceiro Setor ou Setor Solidário com focos de intervenção ligados à luta contra a pobreza e exclusão social, desenvolvimento local e cultural. No âmbito deste grupo de trabalho foram convidadas a participar as Universidades de Vila Real e do Porto, que não compareceram às sessões de trabalho nem participaram por outra via.

### 3. COMO FUNCIONAMOS ?

O Grupo de Trabalho Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social iniciou a sua atividade em finais de abril de 2017. Foram realizadas duas reuniões presenciais de trabalho nos dias 5 e 22 de maio de 2017. Foram enviadas emails/ convites para ambas as reuniões com mais de uma semana de antecedência (no que respeita à 1.<sup>a</sup> reunião) e foi agendada a data da segunda reunião com a presença dos parceiros, assim como enviado email para os parceiros e potenciais parceiros que já haviam sido convidados para a 1.<sup>a</sup> reunião mas que não compareceram. Todas as convocatórias foram enviadas com uma proposta de agenda passível de ser alterada pelos parceiros e sempre acompanhada de um texto explicativo de enquadramento do grupo de trabalho e objetivos da reunião. No final de cada reunião foram enviadas atas-resumo para todos os parceiros. No caso da passagem da 1.<sup>a</sup> reunião para a 2.<sup>a</sup> e no final desta última, foram enviadas grelhas de trabalho com o objetivo de facilitar a visualização da discussão, assim como a possibilidade de as entidades parceiras poderem, com as suas equipas de trabalho, dar contributos, melhorando assim o trabalho efetuado até ao momento. Todos os materiais trabalhados durante as reuniões foram enviados via email para o parceiros. Salientamos que foi criado um email próprio para este grupo de trabalho ([gtpobreza.exclusao@gmail.com](mailto:gtpobreza.exclusao@gmail.com)), estando a sua gestão a cargo do

Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal. O mesmo email será eliminado no final do grupo de trabalho. Foi dada a possibilidade de se fazerem reuniões online, contudo o grupo não considerou pertinente, preferindo enviar propostas e/ou contributos via email. A metodologia utilizada foi participativa, tendo momentos de exposição alternados com debates.

#### 4. SUMÁRIO EXECUTIVO DAS PROPOSTAS

O Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN começou por apresentar aos parceiros, através de um documento em powerpoint, uma reflexão concetual sobre pobreza e exclusão social, assim como os principais indicadores nacionais e europeus e principais tendências de evolução destes fenómenos. Apresentámos ainda o trabalho efetuado pela EAPN Portugal, desde 2014, em parceria com um grupo de trabalho nacional composto por entidades públicas e privadas, académicos e peritos na área da pobreza e exclusão social no âmbito da criação de um Compromisso para uma Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza e Exclusão Social. Esta estratégia, consubstanciada na publicação Rediteia n.º 48, foi igualmente apresentada já a nível nacional a partir de reuniões com os vários partidos políticos, na Assembleia da República e noutros âmbitos com outras entidades.

A partir das linhas de orientação/ ação descritas no Compromisso para uma Estratégia Nacional, o grupo iniciou uma discussão aberta e transparente sobre esta proposta, tendo em conta uma visão de análise crítica e construtiva e uma visão prospetiva. Na primeira reunião debruçámo-nos mais sobre a visão analítica e de diagnóstico do território, tendo como base sempre o Compromisso para a Estratégia Nacional. Para a segunda reunião foi criado e enviado previamente um instrumento de trabalho onde foi cruzada a informação da visão prospetiva (Compromisso para a Estratégia Nacional) e da visão analítica, crítica e construtiva, debatidas na reunião anterior, e ações territoriais com o objetivo de operacionalizar as reflexões. Estas ações focaram-se em três eixos: Dicotomia rural/ urbano; Redes, parcerias e participação numa lógica de governação integrada; Criação de emprego como estratégia de combate à pobreza.

No próximo ponto incidimos a nossa análise sobre cada um destes eixos.

## 5. RECOMENDAÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO LUTA CONTRA A POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Tendo como base de trabalho a proposta da EAPN Portugal subscrita por vários autores e entidades, o Compromisso para uma Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza foi subscrita também por este grupo de trabalho, identificando as seguintes propostas:

### VALORES

Justiça Social; Igualdade; Solidariedade; Proximidade; Bem Comum.

### ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

1. Inscrição do combate à pobreza e à exclusão como objetivo prioritário do programa governativo;
2. O reforço da cidadania e da participação da sociedade civil, tendo em vista a boa governação e a componente participativa da democracia;
3. Subordinação das novas (e revisão das já em vigor) políticas públicas à prévia avaliação do seu previsível impacto, positivo ou negativo, sobre a pobreza e exclusão social;
4. Monitorização/ observação participada dos resultados: avaliação.

### EIXOS ESTRATÉGICOS

1. Conhecimento e monitorização do fenómeno através da dinamização de um observatório nacional permanente, que identifique as causas da pobreza e exclusão social e defina indicadores que permitam monitorizar e avaliar as políticas e medidas de política social;
2. Intervenção para a inclusão, numa perspetiva multidimensional e integrada das várias áreas sectoriais (saúde, educação, ação social, emprego, justiça, habitação e cultura), com objetivos e metas mensuráveis;
3. Avaliação do impacto das medidas de política implementadas nos últimos anos, em resposta ao contexto de crise, nas condições de vida da população mais pobre;
4. Medidas de prevenção a reprodução ou reaparecimento de pobreza e exclusão social.

## MODELO DE GOVERNAÇÃO

**Primeiro patamar** de combate à pobreza, exclusão: é de **natureza política**, pelo que a coordenação da estratégia deve ficar a cargo da Presidência do Conselho de Ministros porque é interministerial, sendo que o planeamento deve ser integrado nos diferentes territórios;

**Segundo patamar**: cada ministério deve ser considerado também individualmente, sendo cada um responsável pelas **ações próprias predefinidas em Conselho de Ministros**, bem como pela orientação e disponibilização de recursos aos parceiros/ atores pertinentes, nomeadamente, ao nível local, com vista a executar medidas definidas;

**Terceiro Patamar**: **ação territorial dos atores locais que decorrerá da estratégia nacional** e também da iniciativa própria, concorrendo para o objetivo nacional da luta contra a pobreza. As Redes Sociais, através dos seus CLAS, são as estruturas mais apropriadas para a articulação local;

**Quarto patamar**: **existência de uma “Agência” qualificada junto da presidência do Conselho de Ministros** que tenha por missão apoiar o desenvolvimento e a implementação da política/ estratégia integrada fazendo o follow up e produzindo conhecimento permanente sobre o fenómeno. Esta agência seria pública/ privada, de carácter técnico e científico, tendo ainda um fórum permanente onde participariam todos os atores e destinatários, de forma a garantir o diálogo, auscultação e avaliação das ações.

## VISÃO PROSPETIVA

Pretendemos fazer corresponder as ações descritas na estratégia que propomos à visão prospetiva. Assim, identificamos as seguintes ações prospetivas retiradas da publicação Rediteia n.º 48 “Erradicar a pobreza – compromisso para uma Estratégia Nacional” (EAPN Portugal, 2015):

1. Constituição de um grupo ad hoc na Assembleia da República tendo em vista a assunção por parte do Parlamento (no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) do compromisso de aprovação, implementação e avaliação de uma estratégia nacional de combate à Pobreza;
2. Acordo nacional (e parlamentar) de princípios sobre a estratégia nacional de combate à pobreza;

3. Definição de uma Lei nacional de combate à Pobreza que, para além de atribuir enquadramento/ concretização à estratégia seja capaz de definir mecanismos de “poverty proofing” para a Assembleia da República;
4. Definição de uma Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza;
5. Assumpção pelo Conselho de Ministros da “pasta” do combate à pobreza cujas medidas deverão assumir um carácter transversal implicando todas as áreas de governação;
6. Criação de um Observatório Nacional de Combate à Pobreza alimentando a Agência;
7. Constituição de uma Comissão Interministerial com a participação direta da sociedade civil para implementação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza implicando uma reformulação / adaptação dos Fundos Comunitários disponibilizados para o efeito (2014-2020);
8. Adaptação dos compromissos europeus, nomeadamente no âmbito da Estratégia Europa 2020, aos desafios e objetivos da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza – monitorização do compromisso de afetação de 20% do Fundo Social Europeu (2014-2020) para o combate à pobreza;
9. Realização de encontros nacionais anuais de pessoas em situação de pobreza na Assembleia da República;
10. Avaliação e revisão de meio-termo da implementação da estratégia;
11. Adoção de alterações/correções.

## VISÃO DE ANÁLISE CRÍTICA E CONSTRUTIVA

Pretendemos fazer corresponder as ações descritas na estratégia numa leitura prospetiva a uma visão analítica de diagnóstico crítico. Assim identificamos as seguintes fraquezas no território:

1. Existência de respostas sociais abrangentes mas inexistência de respostas sociais para franjas da população em carência económica como os “trabalhadores pobres”;
2. Dinamização das estruturas como as Redes Sociais tornando-as mais operacionais e participativas;
3. Existência de diferenciações territoriais com necessidades específicas e soluções adaptadas aos

territórios – territórios despovoados, isolados com baixas densidades populacionais, sendo os financiamentos atribuídos e dependentes deste critério.

4. Dificuldades no acesso à informação por excesso de burocratização, dispersão de informação ou baixa cultura de participação cívica (agravado pela falta de articulação e de trabalho em rede e parceria);
5. Dificuldade na articulação das várias respostas sociais / projetos / serviços nos territórios / trabalho em rede e parceria;
6. Necessidade de uniformização das políticas e medidas mas com diferenciações territoriais.

## PROPOSTA DE AÇÕES TERRITORIAIS

A discussão sobre as ações territoriais focou-se em três eixos de intervenção, considerando o grupo de trabalho que são eixos absolutamente fundamentais para que a estratégia nacional tenha sucesso no território. Segundo o grupo de trabalho, a Estratégia Nacional tem de ser concretizada em leis normalizando todas as medidas e enquadrando de cima para baixo. Eixos de intervenção focais:

### 1. DICOTOMIA RURAL - URBANO

É hoje consensual na sociedade portuguesa que as profundas disparidades entre rural e urbano são incompatíveis com os princípios de coesão territorial e inclusão social. Estas disparidades são, elas próprias, geradoras de pobreza e exclusão social. A coesão territorial e social é um desígnio declarado na Constituição da República Portuguesa e em muitos dos tratados internacionais, sem coesão não haverá desenvolvimento inclusivo das pessoas e dos territórios. Compreender os fenómenos de pobreza e de exclusão social neste novo contexto - dicotomia rural/urbano é um dos objetivos do Grupo de Trabalho Luta contra a Pobreza e Exclusão Social. Mas mais importante será mesmo a erradicação da pobreza e exclusão social nas populações que vivem em territórios rurais de baixa densidade, através de medidas concretas e coerentes que serão vertidas na Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza e Exclusão Social.

Para entender o rural nacional assume-se como opção nuclear que os aglomerados populacionais de pequena dimensão (lugares ou povoados rurais) são um referencial chave para o delimitar (Baptista, 2001 e 2010). Tal

opção conduz a considerar como rural a população que vive nestes povoados (população rural) e a superfície das categorias de qualificação do solo rural envolvente (Rolo e Cordovil, 2014). Em Portugal 32% da população vive em espaço rural e grande parte dela desenvolve a sua principal atividade neste espaço, porém, o nível de qualificações de base é muito baixo. A política de desenvolvimento rural terá que envolver estas pessoas aquando da definição das orientações estratégicas.

Todos os estudos contemporâneos, a título de exemplo citamos Rolo e Cordovil (2014), de análise comparativa do rural com o urbano concluem da disparidade entre rural e urbano. As grandes disparidades entre o rural e o urbano face a todos os indicadores subjacentes à determinação dos índices de potencial demográfico e de capital humano é bem elucidativo da dimensão do fosso" (Rolo e Cordovil, 2014). Estes estudos apontam o rural como território muito mais frágil. Segundo estes autores "o acentuadíssimo contraste entre as estruturas demográficas – muito envelhecidas no rural de baixa densidade, em especial no Norte e Centro". Temos assim uma população muito envelhecida, estes territórios sofrem com o despovoamento, isolamento, solidão. Todas estas problemáticas condicionam o desenvolvimento dos territórios rurais, por exemplo, no acesso ao financiamento que é atribuído muitas vezes tendo em conta o critério da densidade populacional. Esta discriminação negativa agrava ainda mais as situações de pobreza e exclusão social das populações e dos territórios, ao que acresce que o rural está a ser, em crescendo, excluído no processo de decisão política, uma vez que em democracia a maioria das decisões são tomadas por maioria para benefício direto desse mesma maioria.

Perante este fosso rural/urbano exposto, é necessário que a Estratégia que constituirá um elemento de referência das orientações e planos de ação públicos e privados para a erradicação da pobreza e exclusão social tenha como importante linha de ação estratégica o desenvolvimento territorial sustentável, a promoção da "coesão territorial através de um desenvolvimento social e económico mais equilibrado entre o rural e o urbano. Assim a Estratégia terá que inverter a situação atual e "contribuir para estancar o processo de encolhimento e fragmentação territorial do país, revertendo a profunda disparidade entre as manchas do rural de baixa densidade com as manchas de alta densidade (cidades) e a distância de potencial demográfico e de capital humano entre o rural e o urbano dos diferentes territórios do rural".

Em primeiro lugar, da análise do diagnóstico, é clara a necessidade de um programa nacional de combate à pobreza de idosos que vivem em espaço rural. Desta análise decorre a conclusão de que o desafio principal da Estratégia a curto prazo é a melhoria das condições de vida desta população. A estratégia terá que inverter esta situação com “intervenções centradas no objetivo de melhoria dos serviços públicos (...) em função da localização dos destinatários de intervenção (população idosa)”, através de uma política de desenvolvimento territorial inclusiva. O princípio da subsidiariedade prevê que as decisões sejam tomadas ao nível mais próximo do cidadão, o que tem motivado um aumento das competências das autarquias locais e das redes sociais de âmbito local que terão um papel fundamental na prossecução deste programa.

Em segundo lugar, a estratégia terá que ter estabelecimento de um sistema compartilhado de indicadores de pobreza e exclusão social associados ao território. Estes indicadores de monitorização territorial da pobreza e exclusão social, a nível nacional, permitirão a melhoria da qualidade das decisões relativas à coesão territorial e ao desenvolvimento rural. Ao promover o desenvolvimento rural melhoram-se as condições de vida das populações residentes nas áreas rurais. A revitalização destas zonas depende do seu grau de atratabilidade, isto é das condições oferecidas à população e empresas, ao nível das infraestruturas, dos equipamentos, e também da capacidade de rentabilização dos recursos. Nas zonas rurais, o rendimento médio per capita é inferior ao das cidades e o sector dos serviços está menos desenvolvido. O aumento significativo do abandono de amplas áreas do território rural, a par da depredação dos espaços agroflorestais, acentua as dificuldades de gestão do espaço rural em termos económicos, sociais, ambientais e paisagísticos aumentando a pobreza e exclusão social. Assim as necessidades de intervenção da Estratégia devem condicionar o ordenamento, a gestão e proteção, envolvendo o estabelecimento de estratégias integradas de modo a obter uma otimização; e ao nível da implementação de projetos que maximizem a preservação e melhoria do ambiente e das paisagens naturais, bem como a proteção e melhoria dos recursos naturais. A criação de um regime de incentivos específicos para as áreas rurais deverá contribuir para a diversificação de atividades e para a atração e fixação de uma nova geração de empreendedores. A abordagem das questões associadas ao cruzamento economia rural e qualidade de vida, constitui uma perspetiva promissora de recuperação/estímulo de formas de ocupação como elemento motor da valorização do território.

Assim destacamos as principais ações:

| COMPONENTE/AÇÃO   | OBJETIVO/SUB-AÇÃO  |
|---|--|
| Programa nacional de erradicação da pobreza na população idosa que vive em território rural     | - Melhoria de vida da população idosa                          |
| Sistema compartilhado de indicadores de pobreza e exclusão social associados ao território      | - Melhoria da informação e dos indicadores de pobreza no rural |
| Melhoria da qualidade das decisões relativas à coesão territorial e ao desenvolvimento rural    | - Aumentar a representatividade do rural na decisão política   |
| Potenciar economia nos territórios rurais, nomeadamente em articulação com as procuras urbanas. | - Aumentar a economia no rural                                 |

## 2. REDES, PARCERIAS E PARTICIPAÇÃO

O atual modelo de governação tem de ser revisto e deve ser assumido um modelo de governação integrado capitalizando as respostas que já existem, nomeadamente quando falamos das Redes Sociais. Uma opção discutida foi a criação de um gestor do processo tendo como modelo o funcionamento do NLI e o Serviço de Atendimento Integrado mas adaptado às Redes Sociais, servindo de plataforma de fornecimento de dados de monitorização das medidas transversais e intersectoriais.

Para este grupo de trabalho, as Redes Sociais continuam a ter um papel fundamental e são o espaço privilegiado para a atuação de um novo modelo de governação integrada privilegiando os recursos existentes (humanos, materiais, respostas sociais sob a forma de medidas típicas e / ou projetos).

Ainda sobre este eixo e numa ótica de reativação das Redes Sociais foram sugeridas as seguintes ações:

- Promoção do envolvimento e capacitação dos dirigentes das IPSS e entidades públicas para o trabalho em rede e parceria e participação cidadã;
- Definição de interlocutores (que se mantenham as mesmas pessoas para que a informação não se perca) e de uma entidade coordenadora das Redes Sociais para que a parceria funcione baseada no princípio da confiança;
- Aposta em ações de benchmarking passando o conhecimento e valorizando as boas práticas;
- Uniformização de procedimentos ao nível, por exemplo, de parceiros que integrem a Rede Social.

### 3. CRIAÇÃO DE EMPREGO COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA

Com o objetivo de rentabilizar as medidas já existentes na área do empreendedorismo a partir das CIM e GAL sugere-se:

- Fomentar a articulação entre as diversas entidades/ respostas de forma a que a população esteja informada correta e eficazmente, promovendo a transparência e o diálogo;
- Criação de um mecanismo nacional que permita desenvolver e criar emprego estrutural nos territórios mais desfavorecidos, despovoados e desertificados;
- Apostar na criação de emprego tendo como base os produtos tradicionais dos territórios mas também promover a inovação como, por exemplo, ao nível das energias alternativas;
- Atrair e fixar empresas de fora do território que promovam emprego digno.

Neste eixo foi consensual a ideia de se promover emprego digno, sustentável e que fixe a população e não medidas avulsas.

Foi ainda referida a necessidade de se articular todas estas medidas de Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza com a Unidade de Missão para a Valorização do Interior e o Programa Nacional para a Coesão Territorial.

## 6. LISTAGEM DE CONTATOS DAS ORGANIZAÇÕES

| Entidades  | Interlocutores       | Contatos  |
|--|----------------------|---|
| Núcleo Distrital de Vila Real da EAPN Portugal         | Catarina Oliveira    | <a href="mailto:vilareal@eapn.pt">vilareal@eapn.pt</a><br>259322579                             |
| EAPN Portugal  | Júlio Paiva          | <a href="mailto:julio.paiva@eapn.pt">julio.paiva@eapn.pt</a><br>225420808                       |
| Comunidade Intermunicipal de Alto Tâmega               | Blandina Queiroz     | <a href="mailto:blandina.queiros@amat.pt">blandina.queiros@amat.pt</a><br>276301000             |
| Comunidade Intermunicipal Douro                        | João Rodrigues       | <a href="mailto:joao.rodrigues@cimdouro.pt">joao.rodrigues@cimdouro.pt</a><br>917848385         |
| Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real I.P. | Conceição Ribeiro    | <a href="mailto:m.pinto.ribeiro@seg-social.pt">m.pinto.ribeiro@seg-social.pt</a>                |
| Município de Vila Real                                 | Maria João Fernandes | <a href="mailto:maria.fernandes@cm-vilareal.pt">maria.fernandes@cm-vilareal.pt</a><br>259308100 |
| Fundação Patronato de Santo António                    | Conceição Lapa       | <a href="mailto:fps.antonio@sapo.pt">fps.antonio@sapo.pt</a><br>259931280                       |
| Associação Mútua de Basto                              | Luis Lopes           | <a href="mailto:lflopes@utad.pt">lflopes@utad.pt</a><br>961717699                               |
| Município de Montalegre                                | Irene Esteves Alves  | <a href="mailto:dscultural@cm-montalegre.pt">dscultural@cm-montalegre.pt</a>                    |

|                      |                 |   |
|----------------------|-----------------|---|
|                      |                 | 276510202   |
| Ecomuseu do Barroso  | Gorete Carneiro | <a href="mailto:gorete@ecomuseu.pt">gorete@ecomuseu.pt</a><br>939085156                 |
| Município de Sabrosa | Sónia Esteves   | <a href="mailto:soniaesteves@cm-sabrosa.pt">soniaesteves@cm-sabrosa.pt</a><br>259937120 |

## 7. BIBLIOGRAFIA

EAPN Portugal, Rediteia nº 48 “Erradicar a pobreza: compromisso para uma estratégia nacional” (2015), Porto.

Baptista, F. O. (2001), Agriculturas e Territórios. Oeiras: Celta Editora.

Baptista, F. O. (2010), O Espaço Rural. Declínio da Agricultura. Oeiras: Celta Editora.

Rolo, J. C. e Cordovil, F. (2014). Rural, Agriculturas e Políticas. EDIÇÃO: Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.

## 8. ANEXOS



**Roteiro para uma Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza – documento de apoio**

Correspondência da estratégia nacional de luta contra a pobreza e exclusão com o diagnóstico crítico e ações territoriais

| Visão prospetiva  | Visão análise crítica e construtiva<br>Reunião de 5/5/2017 e reunião de 22/05/2017  | Ações territoriais<br>Reunião de 22/05/2017   |
|---|---|---|
| 1. Constituição de um grupo ad hoc na Assembleia da República tendo em vista a assunção por parte do Parlamento (no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) do compromisso de aprovação, implementação e avaliação de uma estratégia nacional de combate à Pobreza. |   |   |
| 2. Acordo nacional (e Parlamentar) de princípios sobre a estratégia nacional de combate à Pobreza.  |   |   |
| 3. Definição de uma Lei nacional de combate à Pobreza que, para além de atribuir enquadramento / concretização à estratégia seja capaz de definir mecanismos de “poverty proofing” para a Assembleia da República.  | Existência de respostas sociais abrangentes mas inexistência de respostas sociais para franjas da população em carência económica como os “trabalhadores pobres”; | Diagnóstico de franjas – categorias ou grupos sociais – com diferenciação territorial – seria um trabalho das redes sociais; Diagnósticos das redes sociais terem esta componente metodológica uniformizada.<br>Fomentar a articulação entre as várias entidades que atuam no território de forma à população |

1

|  |  |   |
|--|--|---|
|  |  | <p>estar informada de forma correta e eficaz promovendo a transparência e o diálogo;</p> <p>Criação de um mecanismo nacional que permita desenvolver e criar emprego estrutural nos territórios mais desfavorecidos, despovoados;</p> <p>Apostar na criação de emprego tendo como base os produtos tracionais dos territórios (economia local) mas também apostar em setores como energias criando valor e inovando;</p> <p>Atrair e fixar empresas externas que promovam o trabalho digno e sustentável.</p> <p>Coordenação de medidas da estratégia nacional com as medidas e unidades criadas como a Unidade Missão para a Valorização do Interior e Programa nacional para a Coesão Territorial</p> |
| 4. Definição de uma Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza.   |  | Coordenação de medidas da estratégia nacional com as medidas e unidades criadas como a Unidade Missão para a Valorização do Interior e Programa nacional para a Coesão Territorial  |
| 5. Assumpção pelo Conselho de Ministros da “pasta” do combate à pobreza cujas medidas deverão assumir um caráter transversal implicando todas as áreas de governo. | <p>Dinamização das estruturas como as Redes Sociais tornando-as mais operacionais e participativas;</p> <p>Existência de diferenciações territoriais com necessidades específicas e soluções adaptadas aos territórios – territórios despovoados, isolados com baixas densidades populacionais</p> | No que respeitas às redes sociais, criar um modelo de governação integrado capitalizando as respostas que já existem e aprendendo com outros modelos que se possam adaptar e combinar o modelo de gestor de caso do Núcleo Local de Inserção e Serviço de Atendimento Integrado tornando as Redes Sociais numa  |

|   |  |   |
|---|--|---|
|   | sendo os financiamentos atribuídos e dependentes deste critério.   | <p>plataforma de fornecimento de dados de monitorização das medidas transversais e intersectoriais.</p> <p>Definição de interlocutores (sempre o mesmo representante da instituição) e haver uma entidade externa e neutra que coordene as redes sociais e alimente a parceria baseada no princípio da confiança;</p> <p>Apostar em ações de benchmarking passando o conhecimento e valorizando as boas práticas;</p> <p>Uniformização de procedimentos ao nível de parceiros das redes sociais;</p> <p>Assumpção de medidas adaptadas aos territórios de baixa densidade tendo em conta a dicotomia rural e urbano e criando valor ao interior;</p> <p>Coordenação de medidas da estratégia nacional com as medidas e unidades criadas como a Unidade Missão para a Valorização do Interior e Programa nacional para a Coesão Territorial.</p> |
| 6. Criação de um Observatório Nacional de combate à Pobreza alimentando a Agência                                   |  |   |
| 7. Constituição de uma Comissão Interministerial com a participação direta da sociedade civil para implementação da | Dificuldades no acesso à informação por excesso de burocratização, dispersão de informação ou baixa cultura de participação cívica (agravado | Iniciar os processo da participação cidadã com a promoção de fóruns concelhios compilando a informação concelhia e setorial   |

|  |  |  |
|--|--|--|
| Estratégia Nacional de combate à Pobreza implicando uma reformulação / adaptação dos Fundos Comunitários disponibilizados para o efeito (2014-2020).   | pela falta de articulação e de trabalho em rede e parceria);<br><br>Dificuldade na articulação das várias respostas sociais / projetos / serviços nos territórios / trabalho em rede e parceria<br><br>Necessidade de uniformização das políticas e medidas mas com diferenciações territoriais; |  |
| 8. Adaptação dos compromissos europeus, nomeadamente no âmbito da Estratégia Europa 2020, aos desafios e objetivos da estratégia nacional de combate à Pobreza – monitorização do compromisso de afetação de 20% do Fundo Social Europeu (2014-2020) para o combate à Pobreza. |  |  |
| 9. Realização de encontros nacionais anuais de pessoas em situação de Pobreza na Assembleia da República.  | Dificuldades no acesso à informação por excesso de burocratização, dispersão de informação ou baixa cultura de participação cívica agravado pela falta de articulação e de trabalho em rede e parceria;  |  |
| 10. Avaliação e revisão de meio-termo da implementação da estratégia.  |  |  |
| 11. Adoção de alterações/correções   |  |  |